

Ata Sumária 202 - 184ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local:

Em 12 de agosto de 2011, às 9 horas, no Auditório Martin Schmeling.
À Rua Blumenau, 05 – Bairro São João, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

1 – Abertura e verificação do número de presenças

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, faço a verificação dos presentes e constato que há quorum para abrir a reunião, ou seja, superior à metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo. Justificaram ausências os senhores Clécio Zucco e Henrique Malta. É passada a palavra para ao senhor Presidente que saúda o senhor José Carlos de Araujo, Inspetor Chefe da Alfândega de Itajaí e o senhor Alexandre Gonçalves da Rocha, da Praticagem, as senhoras e senhores membros do CAP e convidados. Declara aberta a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	ANSELMO JOSÉ DE SOUZA
Governo do Estado	ERICO LAURENTINO SOBRINHO
Prefeitura Municipal	AMILCAR GAZANIGA OSMARI DE CASTILHO RIBAS

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	ANTÔNIO AYRES DOS SANTOS JÚNIOR ROBERT GRANTHAM
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUEZ
Armadores	JORGE IVÁN CÁRDENAS CASTILLO
Operadores Portuários	WALTER JORIS ALICE PIETER JOOS INGRID KRAUSE

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	SANDRO DE RAMOS GUSTAVO COELHO ENGEL DIOGO HENRIQUE SCHMITT GÉRSO N OSTVALD
Trabalhadores Portuários Avulsos	MARCIO AURÉLIO GUAPIANO



BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Exportadores e Imp. de Mercadorias	VERÔNICA HEINZELMANN
Proprietários e Cons. Mercadorias	ECLÉSIO DA SILVA MARCO AURÉLIO SEÁRA JÚNIOR MARIA IZABEL PINHEIRO SANDRI
Terminais Retroportuários	FABRICIO GOMES PHILIPPI

2 – Posse de novos membros

Foi dada posse aos membros Gérson Ostvald e Gustavo Coelho Engel, designados através da Portaria 133 da Secretaria de Portos da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2011, para integrar o Conselho de Autoridade Portuária, como representantes suplentes dos Demais Trabalhadores, no Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários.

3 – Leitura e aprovação das atas das reuniões de 12 e 15/07/2011

O Sr. Presidente coloca as atas, encaminhadas anteriormente via e-mail, para aprovação dos conselheiros, as quais são aprovadas por todos.

4 – Correspondências, notícias, comunicações, indicações e propostas recebidas pelo Presidente do CAP, Superintendência do Porto de Itajaí ou de algum Conselheiro, tidas como relevantes e necessárias ao conhecimento do plenário:

4.1 – Resolução 09/2011-SPI – Estabelece as novas tarifas públicas a serem aplicadas.

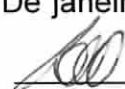
4.2 - Resolução 10/2011-SPI – Dispõe sobre a concessão de prazo para liberação e retirada de cargas de importação de área primária bem como define a base tarifária especial no período que regulamenta.

4.3 - Carta do Sindicato STC – comprova representatividade do SINTRACOM.

4.4 – Relatório Mensal da SPI

Relatório Comercial

Sr. Robert Grantham, Diretor Comercial, informa que o Complexo Portuário do Itajaí registrou em julho o melhor desempenho mensal de sua história. Foram movimentados 96.217 TEU's, o que representa um recorde histórico para a Autoridade Portuária de Itajaí. Com o resultado obtido no sétimo mês do ano, a movimentação acumulada do Complexo soma 578.020 TEU's, o que resulta em um avanço de 13% sobre igual período de 2010. O volume de importações de carga foi de 33.003 TEU's, superando o volume de cargas exportação em 3.165 TEU's. O desempenho da APM Terminals foi de 46.162 TEU's, sendo 15.962 em carga de importação e 14.478 de carga de exportação, ficando a diferença por conta dos contêineres vazios que, entre embarque e desembarque, somaram 15.722 TEU's. A Portonave, por sua vez, apresentou uma movimentação total de 50.055 TEU's, dos quais 17.041 foram cargas de importação e 15.360 em cargas de exportação, com a diferença na conta de contêineres vazios, que somaram 17.654 TEU's. A movimentação total em tonelage no mês registrou 995.584 toneladas, com alta de 12%, acumulando no ano 6.048.833 toneladas. O total de atracções foi de 91 escalas de navios full contêiner de longo curso, nove escalas de navios full contêiner de cabotagem e quatro escalas de navios de carga geral, somando 104 escalas. De janeiro a julho foram registradas 742 escalas, ante 700 escalas em igual período do ano



passado, com crescimento de 6%. Chama atenção para as páginas 24 e 25 do relatório em que mostra as escalas efetuadas por cada serviço semanal "full container" e observa que a maioria esmagadora deles vem mantendo a média de quatro escalas mensais, o que sinaliza um baixíssimo índice de cancelamento de escalas, um ponto extremamente favorável ao nosso Complexo, quando confrontado com nossos concorrentes, que dispõem de menos berços de atracação para esse tipo de navio. Os números obtidos até agora pelo Complexo em 2012 são extremamente positivos, mas alerta que se deve ter cautela nos meses vindouros, pois pairam sobre o comércio exterior incertezas diversas decorrentes dos problemas econômicos mundiais e que afetam de maneira muito expressiva nossos principais parceiros comerciais, como os Estados Unidos e a Europa, com os quais atualmente mantemos uma balança comercial razoavelmente equilibrada. Comenta que no "trade" com a Ásia, cujo fluxo principal se dá no sentido da importação, há que se estar atento a algumas medidas restritivas sendo impostas pelo Governo Brasileiro e a uma possível desaceleração de suas economias.

Relatório Financeiro

Sr. Alexandre Antônio dos Santos, Diretor Administrativo Financeiro, comenta que houve queda acentuada no faturamento de julho em aproximadamente 10%, sendo que faturou R\$ 4.719.034,00, contra R\$ 5.237.608,00 do mês de junho. A maior queda de faturamento ocorreu na Tabela 5 – Serviços de Armazenagem, que chegou ao montante de R\$ 731.533,00. A Tabela 8 – Arrendamento TECONVI (APM TERMINALS) teve uma queda de aproximadamente 9%, chegando a R\$ 1.731.366,00, em função do contrato de arrendamento. As despesas totalizaram R\$ 5.486.417, sendo 41,7% com pessoal (R\$ 2.287.707,74), 24,5% em manutenção das atividades (R\$ 1.344.262,38), 22,7% em acesso aquaviário (R\$ 1.246.462,41) e 11% em investimentos. A arrecadação de julho ficou em R\$ 4.840.871,02, gerando um déficit de R\$ 259.158,98, em relação a previsão orçamentária mensal de R\$ 5,1 milhões. Comenta que o saldo bancário no Banco do Brasil ficou em R\$ 727.699,61 e Recursos Vinculados (destinação específica) teve para ampliação do píer o valor de R\$ 153.988,27 e para aquisição de terreno na rua Benjamin Franklin o valor de R\$ 316.447,56. Informa que ainda há pendências para pagamento futuro de R\$ 734.268,80 referente a 50% da parcela de dragagem do mês de março de 2010 e R\$ 80.000,00 referente ao monitoramento da UNIVALI. Sra. Ingrid Krause reitera solicitação de apresentação de relatório financeiro destacando mês a mês cada uma das despesas realizadas pela Superintendência. Sr. Alexandre dos Santos informa que foi solicitada a alteração no sistema de contabilidade para atender solicitação do CAP mas a empresa que presta manutenção cobrou um valor muito alto para fazer tal alteração em função de já haver dado manutenção nos meses passados, motivo pelo qual solicita ao CAP que tal alteração passe a vigorar a partir de janeiro de 2012, tendo assim previsão orçamentária para realizar alteração no sistema. Sr. Fabricio Philippi solicita informar como esta a taxa de ocupação dos berços públicos. Sr. Robert Grantham comenta que realmente os berços públicos estão ociosos, mas lembra que a UNTAD (departamento da ONU que desenvolve estudos relacionados a produtividade e operação portuária) sugere em seus estudos que a taxa de ocupação ideal para operação portuária é de até 60%, portanto é de opinião que o Porto de Itajaí esta dentro dos padrões desejáveis pela navegação internacional, estando livre de cancelamentos de escalas. Sr. Luciano Rodriguez demonstra preocupação com o andamento da Via Expressa Portuária em função das notícias que vem sendo circuladas pela imprensa nacional em relação a direção



do DENIT. Sr. Eclésio da Silva reforça reivindicação com relação a necessidade de buscar parceria com a iniciativa privada para bancar o projeto de transposição da Via Expressa Portuária sobre o rio Itajaí-Mirim. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior comenta que recebeu informações da diretoria do DNIT que nos próximos meses as obras estarão em excelente nível de andamento. Sr. Anselmo José de Souza comenta que recebeu informações do Sr. Hilton Falcone, da Secretaria de Portos, que a dragagem de aprofundamento para 14 metros chegou ao alcance do fundo rochoso, havendo necessidade de emitir aditivo ao contrato atual para este tipo de serviço. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior informa que para este tipo de serviço terá que haver derrocagem ao invés de dragagem, bem como inspeção técnica sobre o fundo rochoso. Comenta que neste local a profundidade chegou a 13,5 metros, sendo que a profundidade terá que alcançar 15 metros. Sr. Amilcar Gazaniga sugere que o aditivo seja criterioso para que o restante do serviço seja completado deixando somente este trecho rochoso para solução posterior. Sr. Alexandre Gonçalves da Rocha, da Praticagem, comenta que os práticos têm a necessidade de homologação da nova profundidade em função de que a profundidade que atualmente esta homologada não condiz com a realidade, gerando desconforto e insegurança para aqueles que estão realizando as manobras. Solicita também que a praticagem seja informada sobre a situação do rio sempre que houver batimetria para que os práticos tenham maior segurança nas manobras. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior informa que a profundidade atual ainda não pode ser homologada em função das ocorrências constantes de chuva que vem ocorrendo na região, provocando grande volume de assoreamento junto aos berços, chegando a profundidades de 10 metros. Sr. Jorge Cárdenas demonstra preocupação pela falta de informações sobre a profundidade e as irregularidades de fundo do rio, pois tal situação deixa a praticagem insegura. Comenta que não entende porque não há informações constantes sobre o fundo do rio, pois tal situação leva insegurança aos usuários e ao seu ver é uma falta grave. Sr. Eng. Augusto Sampaio, da Hidrotopo, a convite do senhor presidente, informa que depois das chuvas o canal que estava com de 14 metros de profundidade chegou em alguns lugares a ter 15 metros de profundidade. A profundidade junto ao cais de Navegantes esta com 10 metros, o canal externo esta com 13,60 metros e a bacia de evolução esta com mais de 14 metros de profundidade. É de opinião que as novas situações só podem ser apresentadas pela SEP quando os serviços forem concluídos, sendo que antes não há como ser apresentado. Sr. Jorge Cárdenas é de opinião que independente da conclusão dos serviços ou contrato de dragagem a praticagem têm de ter conhecimento da realidade com relação a profundidade do rio. Sr. Amilcar Gazaniga é de opinião que a reclamação da praticagem pode ser solucionada com apresentação da batimetria, que sem duvida trará mais segurança às manobras. Acredita que a homologação do calado deva ser dada independente da conclusão dos serviços. Sr. Anselmo José de Souza sugere que o assunto seja pautado para próxima reunião com as presenças do Sr. Hilton Falcone (da SEP), Sr. CF Anselmo Sampaio (da Capitania de Portos), do Sr. Eng. Augusto Sampaio (da Hidrotopo) e do Sr. Ricardo D'Áquino (da Praticagem), objetivando maior êxito na discussão da situação atual da dragagem de aprofundamento. Em função da importância do assunto ficou decidido pela maioria que houvesse reunião extraordinária no dia 24 de agosto.

Informo que as correspondências estão à disposição dos conselheiros nos arquivos da Secretaria do CAP.



ORDEM DO DIA

1 – Relatório do GT do CAP de ajustes de tarifas e homologação da nova tarifa

Sr. Eclésio da Silva informa que o Grupo de Trabalho é a favor dos ajustes escalonados de tarifas e pela homologação da Tarifa Portuária apresentada pela Superintendência do Porto de Itajaí através da Resolução 009/2011, de 01 de agosto de 2011, com validade a partir de 08 de agosto de 2011. Colocada em votação e aprovada por unanimidade.

Decisão do CAP

Pela homologação da Tarifa Portuária da Superintendência do Porto de Itajaí.

2 - Homologação da resolução 10/2011

Sr. Robert Grantham comenta que no período de implantação da nova tarifa haverá mercadoria de importação que foram desembarcadas antes da aprovação e poderão sofrer em função da vigência da nova tarifa. Para que estes clientes não venham a ter suas mercadorias taxadas com os novos valores, apesar de seu ingresso anterior ao aumento, sugere que estes tenham tratamento diferenciado por um prazo de 60 dias. Cita que a Resolução 010/2011, dispõe sobre a concessão de prazo para liberação e retiradas de cargas de importação da área primária, no período de transição para a nova tarifa portuária, tendo seu texto a seguinte formatação: *Art. 1º - Conceder a todos os usuários que forem proprietários de mercadorias originárias de importação e recebidas para armazenagem no âmbito do Porto Público de Itajaí até a data de 07/08/2011, o prazo de 60 (sessenta) dias para a liberação e retirada das mesmas da área primária, as quais sofrerão incidência tarifária a título de armazenagem nos termos do regramento tarifário em vigor até o dia 07/08/2011.* Desta forma solicita homologação nos termos apresentado. Colocada em votação e aprovada por unanimidade.

Decisão do CAP

Pela homologação da Resolução 010/2011, da Superintendência do Porto de Itajaí.

3 - Aumento da tarifa da APM Terminals

Sr. Walter Joos solicita aumento da Tarifa da APM Terminals referente ao segundo período para as cargas de importação (de 0,11% do valor CIF ao dia para 0,14% do valor CIF ao dia). Justifica que tal ajuste visa buscar a isonomia com as novas tarifas públicas, divulgadas e validas a partir de 08/08/2011, pela Superintendência do Porto de Itajaí. Colocada em votação e aprovada por unanimidade. Sr. José Carlos de Araujo, Inspetor Chefe da Aduana, comenta que tem observado que cargas desembaraçadas ainda continuam nas dependências da área primária e em alguns casos por mais de 60 dias, causando insegurança pois a carga esta nacionalizada. Outra situação, a seu ver, é a falta de espaço. Sugere que a Autoridade Portuária faça um estudo para taxar estas cargas objetivando a sua saída da área primária em detrimento das novas cargas de importação que estão por chegar.

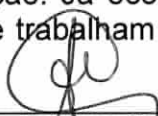
Decisão do CAP



Pela aprovação do aumento da Tarifa da APM Terminals, referente ao segundo período para as cargas de importação, sendo de 0,11% do valor CIF ao dia para 0,14% do valor CIF ao dia.

4 - A Superintendência apresentar a situação dos concursados que já estavam para ingressar no Porto e quadro de funcionários atualizados por setor

Sr. Eclésio da Silva solicita que a Superintendência apresente a situação dos concursados que já estavam para ingressar no Porto no ano de 2011. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior informa que o quadro de funcionários atualizado por setor esta anexo ao relatório mensal apresentado, em forma de organograma onde constam 106 funcionários efetivos, 40 comissionados, 13 efetivos com função comissionada e 62 efetivos com função gratificada, totalizando 223 funcionários. Com relação ao concurso que foi realizado em 2008, através do Concurso Público Edital 001/2008, a realidade do porto era outra. Em função disto foram feitos ajustes para o ingresso dos aprovados. Há determinação da Justiça do Trabalho para ingresso dos 25 aprovados, sendo que duas vagas são destinadas aos portadores de deficiência, destes já foram contratados oito, tendo sido contratado um portador de deficiência. Comenta que mesmo assim a Superintendência esta justificando junto a Justiça do Trabalho que há necessidade de profissionais específicos, como engenheiro, analista de sistemas, técnicos portuários, etc. Foi acordado que até 2012 a Superintendência concluirá toda a contratação dos aprovados no concurso. Para a inclusão destes foram exonerados 5 ocupantes de cargos comissionados, em 29/07/2011, sendo eles: Chefe de Faturamento de Serviços Portuários, Chefe de Serviços de Zeladoria, Chefe de Serviços de Controle Operacional, Chefe de Serviço de Empenho e Liquidação e Motorista da Superintendência, os quais foram extintos e nos próximos meses serão exonerados mais 5. Informa que na medida em que houver capacidade financeira será contratado gradativamente até completar todo o quadro de aprovados. Informa ainda que a Superintendência apresentará ao Ministério Público do Trabalho mais cinco cargos em comissão para exoneração e extinção, na audiência pública do dia 06/10/2011, e deverá ser chamados mais dezesseis classificados do mencionado concurso, sendo um portador de deficiência, para exercerem suas funções de acordo com o previsto no edital. Sr. Eclésio da Silva é de opinião que o quadro de pessoal é muito oneroso, chegando a mais de R\$ 2 milhões de reais por mês. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior justifica que no mês de julho a folha foi onerosa em função do pagamento da metade do 13º salário, que é uma obrigação trabalhista, mas que nos outros meses este valor cai para R\$ 1 milhão. A convite do Sr. Superintendente do Porto o Sr. Henry Rossdeutsher, Assessor Jurídico, informa que já houve várias reuniões com o Ministério Público para ajustar o direito dos concursados. Comenta que para agravar a situação a Justiça do Trabalho determinou que os aposentados da SPI têm o direito de continuarem no trabalho que executam atualmente. Sr. Gustavo Engel comenta que em relação ao Ofício 019/2011/ASPLAN, referente à proibição de utilização das carretas "bombcart" na área primária, tange a segurança de todos os que transitam no porto e fere a regulamentação da a NR 29. É de opinião que há falta de conhecimento dos pareceres técnicos, que devem estar em consonância com a legislação vigente, notadamente o CTB e demais, como resolução CONTRAN-725/1998, 160/2004, 104/1999, Portaria INMETRO 158/2005 e instrução do DNIT com relação a capacidade de carga do conjunto mecânico Cavalo trator + Carreta. Comenta que já foi pacificada no MP/SC que as devidas carretas não transitem carregadas na rua por apresentarem risco a população. Já ocorreram acidentes internos com as devidas carretas. Os motoristas que atualmente trabalham com estas carretas, chegam a exercer 24, 48 e até



72 horas de trabalho contínuo, segundo notícias que tem recebido. Comenta que também fere o inciso "I" - § 3º - Art .57 da Lei 8.630/1993, e que falta radar para fiscalizar efetivamente a velocidade interna, conforme rege a Resolução 06/2011 da SPI e, conseqüentemente a segurança de todos. Comenta ainda que solicitou pautar na reunião o assunto sobre a colocação de Guardas Portuários no portão 06, por enter que refere-se a função orgânica da SPI, ou seja, fiscalizar e controlar. Sobre o assunto comenta que há notícias de que a ANTAQ notificou a SPI para a colocação de Guardas Portuários no referido portão. É de opinião que a função da Guarda Portuária na área de Porto Organizado é regida por Portaria da SEP. Após extensivo debate sobre o assunto foi solicitada comentário do Sr. José Carlos de Araujo, Inspetor Chefe da Aduana de Itajaí, que na sua opinião cada recinto quando é alfandegado recebe sua responsabilidade. Em áreas alfandegadas a responsabilidade é de cada um fiel depositário. A atividade que a Guarda Portuária realiza é bom para a cidade mas não é competência desta. Quanto a abertura de contêineres é dever da Guarda somente guardar o lugar. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior comenta que esta sendo estudada norma de fiscalização para normatizar as atividades de fiscalização da Autoridade Portuária.

ASSUNTOS GERAIS

Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior comenta que em relação a situação do molhe norte e com a possibilidade de ruptura deste com uma ressacada, motivou-se a contratação de profissional técnico nesta área para verificar a situação com a profundidade do talude em 14 metros e sua respectiva estabilidade. Com base nos estudos apresentado procurou-se a medida segura de afastamento do molhe norte. Informa que este estudo da estabilidade do talude do molhe norte foi realizado pelo Professor Luiz Fernando Sales, da UNIVALI, sendo ele engenheiro civil, mestre em geotécnia e consultor. Com a palavra o professor comenta que a análise do talude partiu de investigações em resultados de batimetria, estudos de margem, estudos subaquáticos e de margens, estudos de materiais de solos e subsolos. Com base nestes estudos partiu-se para simulações com apoio de softwares da área. Os parâmetros foram testados de várias formas e adaptados para realidade. Foram feitas análises de estabilidade nos molhes norte e sul. No molhe norte os estudos apresentaram grande índice de ocorrência de ruptura. Os estudos também comprovaram que a força de arrasto do rio também pode influir na estabilidade dos molhes. Sendo assim partiu-se para sugestão de diminuição da distância de afastamento do molhe norte ou a diminuição do aprofundamento do rio. Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior comenta que a boca da barra ficará com 120 metros na base, sendo que em determinadas situações passará no máximo a 140 metros, tendo variações de 8 a 12 metros em função do molhe ser irregular. Informa que a obra esta em andamento e hoje encontra-se na primeira etapa e a segunda etapa esta na pendência de recursos financeiros para continuação, mas a Superintendência esta na busca dos recursos. Sr. Alexandre Gonçalves da Rocha, da Praticagem, comenta que não há condições de afirmar, sem estudos matemáticos, se será possível a manobra de navios com boca de 45 metros. Em sua opinião há duvidas se dará para realizar manobras e navegação sem mais estudos técnicos sobre a situação.

VI Encerramento

Nada mais havendo a tratar o Sr. Anselmo José de Souza dá por encerrada a reunião e marca a próxima, extraordinária, para o dia 24 de agosto de 2011, às 9 horas.

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo senhor Presidente Anselmo José de Souza. Itajaí, 12 de agosto de 2011.

